

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA REAL E
SEM PREFERÊNCIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,
DA VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Votorantim, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Pereira Inácio, n.º 1.399, Parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 96.824.594/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário");

E, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

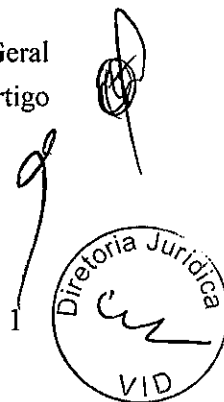
VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, n.º 255, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.082.582/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Interveniente Garantidora" e, em conjunto com Emissora e Agente Fiduciário, "Partes");

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia Real e sem Preferência, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Votorantim Cimentos Brasil S.A." ("Escritura"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 11 de novembro de 2009 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2. DOS REQUISITOS



2.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1 A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio, em até 30 (trinta) dias a contar da data de realização da AGE, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

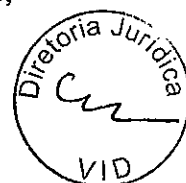
2.1.4 Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.4.1 A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição que não encontra amparo legal no código de auto-regulação da ANBIMA para as ofertas públicas de distribuição e aquisição de valores mobiliários.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto: a pesquisa, a lavra, a exploração e o aproveitamento em geral de jazidas minerais, a produção, o transporte rodoviário, a distribuição, a importação, a exportação e o comércio em geral de cimento, cal, argamassa, gesso e de respectivas matérias primas e produtos derivados, afins ou correlatos, serviços de concretagem e outras atividades concernentes ao seu ramo de negócio, a prestação de serviços relativos à construção, supervisão,



estudos, exploração do ramo de projetos e execução de quaisquer obras de engenharia civil, em todas as suas modalidades técnicas e econômicas, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração, o arrendamento, o comodato e a locação de bens imóveis, a administração e exploração de projetos florestais, bem como dedicar-se a importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos para construção e prestar assistência técnica a empresas que explorem o mesmo ramo de negócio, a prestação de serviços especializados e a intermediação de negócios relacionados com seu objeto social, não sendo vedada sua participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em duas séries de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) cada uma, conforme descrito na Cláusula 4.1.3.1 abaixo.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da emissão será de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em duas séries, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 1.000 (um mil) Debêntures.

3.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1 O Banco do Brasil S.A. será o Banco Mandatário e a Instituição Depositária das Debêntures (“Banco Mandatário” e “Instituição Depositária”, respectivamente).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados para reperfilamento da dívida da Emissora.

3.8 Limite da Emissão



3.8.1 O limite de emissão, previsto no artigo 60, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, foi respeitado, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão (conforme definida abaixo), é de R\$1.301.999.887,00 (um bilhão, trezentos e um milhões, novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais).

3.9 Registro para Distribuição e Negociação

3.9.1 As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a custódia das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.9.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados”), poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM 476.

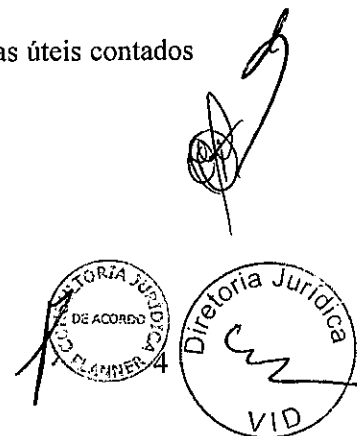
3.10 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme, com intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. (“Instituição Intermediária”), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 e os termos e condições do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia Real e sem Preferência, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 1ª Emissão da Votorantim Cimentos Brasil S.A.” (“Contrato de Colocação”).

3.10.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 2 (dois) dias úteis contados da data de obtenção do registro de distribuição e negociação pela CETIP.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas



4.1.1 *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2 *Quantidade de Debêntures*

4.1.2.1 Serão emitidas 1.000 (um mil) Debêntures, em duas séries.

4.1.3 *Número de Séries*

4.1.3.1 A Emissão será realizada em duas séries de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) cada.

4.1.4 *Data de Emissão*

4.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 03 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão").

4.1.5 *Prazo e Data de Vencimento*

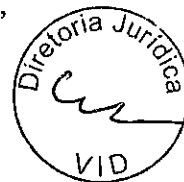
4.1.5.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 03 de dezembro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

4.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente,



como comprovante de titularidade de Debêntures registradas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista.

4.1.8 *Conversibilidade*

4.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9 *Espécie*

4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie sem garantia real nem preferência (quirografária), com garantia fidejussória, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

4.2 **Subscrição**

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme previsto na Cláusula 3.10.2 acima.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

4.4 **Direito de Preferência**

4.4.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissão na subscrição das Debêntures.

4.5 **Atualização do Valor Nominal**

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.



4.6 Remuneração

4.6.1 Juros Remuneratórios

4.6.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 110,20% (cento e dez inteiros e vinte centésimos por cento), para a 1ª série, e de 112,65% (cento e doze inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), para a 2ª série, das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros denominadas Taxas DI de over um dia, extra grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Vencimento ("Juros Remuneratórios").

4.6.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 03 de dezembro e de junho de cada ano até a Data de Vencimento das Debêntures, ou, caso estes não sejam dias úteis, no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 03 de junho de 2010.

4.6.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada período de capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

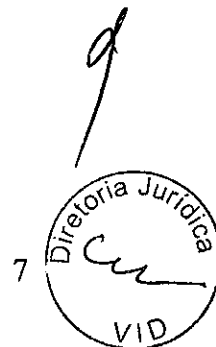
"VNe" corresponde ao Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI, com uso do percentual aplicado, da Data de Emissão, ou do início do último Período de Capitalização, conforme o caso, exclusive, até o final de cada período de capitalização, inclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

"n" corresponde ao número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;



“p” corresponde ao percentual a ser aplicado sobre as Taxas DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_1 = \left(\frac{DI_1}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

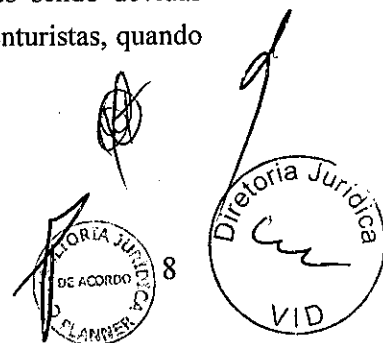
onde:

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.6.1.4 Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

- (i) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DP” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (iv) as Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.6.1.5 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.



4.6.1.6 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

4.6.1.7 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.6.1.8 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios, se for o caso, e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento ou capitalização dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) a Emissora resgatará antecipadamente, e, consequentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e a amortização prevista nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade



do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), representando (a) em primeira convocação, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, ou (b) em segunda convocação, a maioria dos presentes, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.7 Repactuação

4.7.1 Há previsão de repactuação das Debêntures tanto da 1ª quanto da 2ª série, no 50º (quinquagésimo) e 62º (sexagésimo segundo) meses a contar da Data de Emissão, ou seja em 03 de fevereiro de 2014 e 03 de fevereiro de 2015, respectivamente.

4.7.2 Deverá a assembléia geral de acionistas da Emissora deliberar sobre as condições a vigorar nos Próximos Períodos de Vigência da Remuneração das Debêntures (conforme definidos abaixo). As deliberações sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Emissora, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, em até 20 (vinte) dias antes do 50º (quinquagésimo) e do 62º (sexagésimo segundo) meses a contar da Data de Emissão, no que diz respeito às Debêntures da 1ª e da 2ª série, respectivamente, informando:

- (i) o prazo dos Próximos Períodos de Vigência da Remuneração (conforme definidos abaixo), se for o caso, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- (ii) as condições da remuneração e atualização monetária, se houver, a vigor durante os Próximos Períodos de Vigência da Remuneração (conforme definidos abaixo); e
- (iii) as datas dos próximos pagamentos de juros.

4.7.3 Tendo em vista o disposto na Cláusula 4.7.1 acima, fica desde já definido que, em 03 de fevereiro de 2014 (50º (quinquagésimo) mês a contar da Data de Emissão), haverá repactuação das Debêntures da 1ª série, sendo que o período de vigência da nova remuneração destas Debêntures terá início na data mencionada nesta Cláusula 4.7.3, exclusive, e encerramento na Data de Vencimento (“Próximo Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série”).



4.7.3.1 Ainda, tendo em vista o disposto na Cláusula 4.7.1 acima, fica desde já definido que, em 03 de fevereiro de 2015, haverá repactuação das Debêntures da 2ª série, sendo que o período de vigência da nova remuneração destas Debêntures terá início na data mencionada nesta Cláusula 4.7.3.1, exclusive, e encerramento na Data de Vencimento ("Próximo Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série").

4.7.4 Caso os Debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para os Próximos Períodos de Vigência da Remuneração ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.7.2 acima, os Debenturistas poderão, entre o 5º (quinto) dia útil, inclusive, e o 1º (primeiro) dia útil, inclusive, anterior às datas de repactuação, manifestar, para as Debêntures registradas no SND, através da CETIP, e para as Debêntures que não estiverem registradas no SND, através da Instituição Intermediária ou na sede da Emissora, sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Emissora, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das Debêntures, na hipótese de não publicação das novas condições de remuneração a que se refere esta Cláusula 4.7.

4.7.5 A Emissora se obriga a adquirir a totalidade das Debêntures, nas datas de encerramento de cada período de vigência da remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora para o período subsequente. As Debêntures serão adquiridas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios de que trata esta Escritura, calculados nos termos da Cláusula 4.6.11 acima.

4.7.6 As Debêntures que forem adquiridas pela Emissora desta forma poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria obedecerão os termos e condições previstos na Cláusula 5.1.1 abaixo.

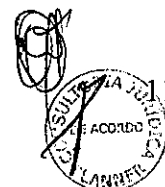
4.8 Amortização

4.8.1 O valor nominal das Debêntures será amortizado pela Emissora na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª e da 2ª série, ou seja, em 03 de dezembro de 2019.

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND; ou (ii) na hipótese de



as Debêntures não estarem custodiadas no SND, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

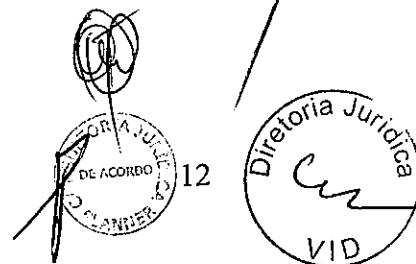
4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.9.3 *Encargos Moratórios*

4.9.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.11 Garantia Fidejussória

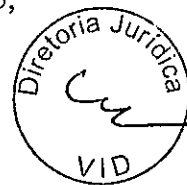
4.11.1 Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, a Interveniente Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.11.2 A Interveniente Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

4.11.3 O valor da fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidos pela Interveniente Garantidora, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Valor Garantido").

4.11.4 O Valor Garantido será pago pela Interveniente Garantidora imediatamente após notificação por escrito do Agente Fiduciário à Interveniente Garantidora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.11.5 A Interveniente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835,



836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (“Código de Processo Civil”).

4.11.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interveniente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.7 A Interveniente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta Cláusula 4.11.7, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada.

4.11.8 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data a Interveniente Garantidora estará desobrigada de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

4.11.9 A Interveniente Garantidora reconhece, desde já, como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.11.10 A Interveniente Garantidora e a Instituição Intermediária reconhecem que estão discutindo a possibilidade de migrar, nos mesmos termos e condições constantes desta Escritura, especialmente desta Cláusula 4ª, a atual garantia fidejussória em favor dos Debenturistas que recai sobre a Interveniente Garantidora para outra sociedade pertencente ao seu grupo econômico, qual seja a Votorantim Industrial S.A., de modo que esta última passaria a ser a fiadora e principal pagadora das Debêntures objeto desta Emissão, desde que haja consenso entre estas partes para tanto e desde que, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para este fim, o quorum de que trata a Cláusula 8.8 abaixo seja observado. Para tanto, o(s) debenturista(s) que vier(em) a adquirir as Debêntures objeto desta Emissão, declara(m) e garante(m) que envidará(ão) os seus melhores esforços para fazer com que a substituição da Interveniente Garantidora de que trata esta Cláusula 4.11.10 seja aprovada.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios e



dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.9.2 acima.

5.2 Resgate Antecipado

5.2.1 Após o 23º (vigésimo terceiro) mês a contar da Data de Emissão, as Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com 10 (dez) dias úteis de antecedência, informando: (i) a data; (ii) o volume ou número de Debêntures que serão resgatadas; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas, desde que haja a cobrança de *break funding fee*, nos seguintes termos:

- (i) em relação às Debêntures da 1ª série, (a) do 24º (vigésimo quarto) ao 36º (trigésimo sexto) mês a contar da Data de Emissão, *break funding fee* (prêmio) de 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o saldo do Valor Nominal, e (b) do 37º (trigésimo sétimo) ao 50º (quinquagésimo) mês a contar da Data de Emissão, *break funding fee* (prêmio) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o saldo do Valor Nominal; e
- (ii) em relação às Debêntures da 2ª série, (a) do 24º (vigésimo quarto) ao 36º (trigésimo sexto) mês a contar da Data de Emissão, *break funding fee* (prêmio) de 1,00% (um por cento) ao ano incidente sobre o saldo do Valor Nominal, (b) do 37º (trigésimo sétimo) ao 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, *break funding fee* (prêmio) de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre o saldo do Valor Nominal, e (c) do 49º (quadragésimo nono) ao 62º (sexagésimo segundo) mês a contar da Data de Emissão, *break funding fee* (prêmio) de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o saldo do Valor Nominal.

5.2.2 Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

5.2.3 No caso de resgate antecipado parcial das Debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através de “operação de compra e de



venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas relacionadas a este processo, tais como a qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, seja do processo de resgate antecipado parcial ou do processo de resgate antecipado total, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Adicionalmente, fica definido que caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.2.4 A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado total com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 *Hipóteses de vencimento antecipado automático*

5.3.1.1 Os titulares das Debêntures poderão, observado o disposto na Cláusula 8.8 abaixo, declarar automática e antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) (a) pedido de autofalência da Emissora; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente à emissão de Debêntures e desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (iii) declaração de vencimento antecipado, por descumprimento contratual, de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer empresa controlada pela Emissora e/ou da Interviente Garantidora e de suas Subsidiárias (conforme definidas abaixo), incluindo-se as emissões de debêntures, nos termos do parágrafo 2º do artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações, em valor igual ou superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares);
- (iv) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura previsto, no pagamento de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer controlada



e/ou da Interveniente Garantidora e de suas Subsidiárias (conforme definidas abaixo), em valor igual ou superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares), salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento (a) tiver a concordância do credor correspondente, ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora;

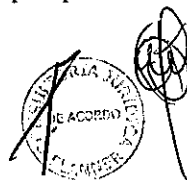
(v) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora ou qualquer controlada e/ou contra a Interveniente Garantidora ou suas Subsidiárias (conforme definidas abaixo) que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para qualquer controlada e/ou para a Interveniente Garantidora ou para qualquer Subsidiária (conforme definida abaixo) de valor igual ou superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares), exceto se essa obrigação, cujo valor seja líquido e certo e sobre cujo valor e pagamento não caiba qualquer recurso, ação judicial ou embargo que, em qualquer caso, suspenda a execução, (a) for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is), ou (b) for garantida por ativos suficientes da Emissora, seguro garantia ou carta de fiança no âmbito da execução, desde que, em qualquer dos casos deste subitem (b), seja aceita pelo juízo competente;

(vi) se a Interveniente Garantidora deixar de possuir, direta ou indiretamente, pelo menos 51% (cinquenta e um inteiros por cento) do capital votante da Emissora, e que lhe assegure o direito de (a) eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da Emissora e, ainda, (b) dirigir ou orientar o funcionamento e as diretrizes da Emissora;

(vii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(viii) caso a Debênture torne-se inválida, ineficaz ou inexecutável contra a Emissora ou caso a exequibilidade desse instrumento seja contestada pela Emissora ou, ainda, caso a Emissora negue ter responsabilidade sobre esse instrumento;

(ix) relação dívida financeira líquida/EBITDA superior a 4,0 (quatro) vezes, calculada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Interveniente Garantidora, onde (a) dívida líquida é igual a conta de empréstimos e financiamentos acrescidos dos instrumentos financeiros derivativos e das dívidas com partes relacionadas do passivo circulante e não circulante, menos as contas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes (“Dívida Financeira Líquida”), e (b) EBITDA é o lucro dos últimos 2 (dois) semestres fiscais (consolidado e sem duplicações) antes do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com juros, depreciação e amortização durante cada período, eliminando-se dos cálculos os seguintes ganhos: (1) qualquer receita ou ganho líquido (ou perda líquida), líquido de qualquer efeito fiscal, de qualquer item extraordinário



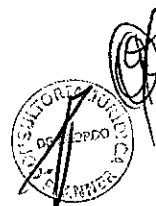
durante o período; (2) qualquer receita de juros durante cada período; (3) ganhos ou perdas na venda de ativos (a não ser venda de ativos considerados como *ordinary course of business*) durante cada período; (4) quaisquer outros itens “não-caixa” deduzidos de ou incluídos no cálculo do lucro líquido antes dos impostos para cada período (a não ser itens que requeiram pagamentos com caixa ou para os quais provisões ou reservas foram ou são requeridas pelas normas contábeis geralmente aceitas), incluindo ganhos ou perdas com variação cambial sobre financiamentos ou ajustes de *translation* de moeda estrangeira ou correção monetária; e (5) qualquer receita ou ganho líquido (ou perda líquida) em qualquer transação em moeda estrangeira ou posições monetárias líquidas, durante cada período (“EBITDA”). Para todos os fins, as demonstrações financeiras consolidadas da Interviente Garantidora que servirem de base para o cálculo da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA de que trata este item (ix) desta Cláusula 5.3.1.1 não consolidarão as empresas do Grupo Votorantim pertencentes ao segmento financeiro;

(x) vinculação de garantia e/ou mecanismos de auto-liquidez a terceiros, exceto nos casos em que haja prévia anuência dos debenturistas (*negative pledge*), e ressalvadas as Garantias Permitidas da Emissora, da Interviente Garantidora e de suas Subsidiárias (conforme definidas abaixo) descritas no subitem (ii) (a) a (r), do item (x), desta Cláusula 5.3.1.1 (em conjunto, “Garantias Permitidas”), sendo que, para os fins desta Escritura:

(i) Subsidiária significa qualquer sociedade ou outra entidade em que a Interviente Garantidora possua, direta ou indiretamente, mais de 50% (cinquenta por cento) de seu capital social, ressalvado que a Votorantim Finanças S.A., o Banco Votorantim S.A., o Votorantim Bank Limited, a BV Financeira, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e qualquer outra subsidiária direta ou indireta da Votorantim Finanças S.A. que atue, principalmente, no negócio de serviços financeiros e atividades relacionadas, deverão ser desconsideradas deste conceito; e

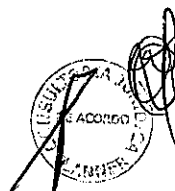
(ii) Garantias Permitidas significam:

(a) garantias impostas pela legislação aplicável que foram incorridas no curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Interviente Garantidora e de suas Subsidiárias, incluindo, mas não se limitando, a garantias a transportadores, armazenistas e mecânicos, garantias a arrendantes e outras garantias e ônus decorrentes do curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Interviente Garantidora e de suas Subsidiárias, nos casos em que: (1) não diminua significativamente o valor do bem objeto da garantia ou prejudique significativamente a utilização deste bem nas operações realizadas pelo proprietário de referido bem; ou (2) estão sendo contestados de boa-fé pelos procedimentos adequados prontamente iniciados e



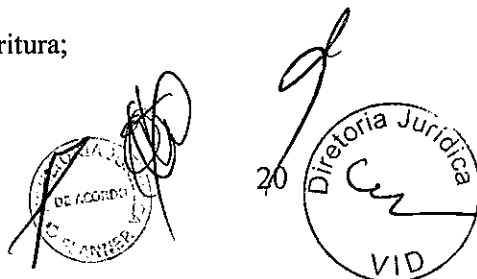
conduzidos diligentemente, os quais têm a função de impedir a perda ou a venda dos bens sujeitos a tais ônus e/ou gravames;

- (b) qualquer garantia que recaia sobre os estoques ou recebíveis (que não aquelas descritas no subitem (i) abaixo), relativos a quaisquer obrigações seguradas da Emissora e/ou da Interviente Garantidora e de suas Subsidiárias em linhas de crédito/financiamento, que preferencialmente lastrearão operações de custeio, crédito agroindustrial e/ou estocagem;
- (c) garantias para assegurar o pagamento de impostos, lançamentos e outros encargos ou imposições governamentais, nos casos em que o pagamento ainda não é devido ou está sendo contestado de boa-fé por procedimento adequado e conduzido diligentemente, e para os quais as reservas ou provisões, se for o caso, deverão ter sido feitas, nos termos exigidos pelas normas contábeis geralmente aceitas;
- (d) garantias relativas a processos judiciais em trâmite perante o tribunal competente (inclusive arbitral) e que estejam sendo contestados de boa-fé;
- (e) garantias constituídas unicamente para o propósito de assegurar o pagamento, no todo ou em parte, do preço de compra (ou o custo de construção ou melhoria e qualquer comissão ou despesa relacionada a tal transação) de um ativo ou propriedade (incluindo o capital social de qualquer entidade), adquirido, construído ou melhorado após a data de assinatura da presente Escritura, desde que: (1) o montante agregado principal da dívida garantida por tais gravames não exceda o preço de compra do ativo ou da propriedade adquirida, construída ou melhorada; (2) tais garantias não onerem nenhum ativo ou propriedade que não o ativo ou propriedade então adquirido, construído ou melhorado; e, ainda, (3) outras que não qualquer propriedade sem melhorias sobre a qual a propriedade então construída ou a melhoria estiver localizada e seja vinculada a tal ativo ou propriedade dentro de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da aquisição, construção ou melhoria de tal ativo ou propriedade;
- (f) garantias decorrentes de um julgamento final ou julgamentos que não constituam um evento de inadimplência por parte da Emissora e/ou da Interviente Garantidora e de suas Subsidiárias, este último entendido, para os fins desta Escritura, como sendo um ou mais julgamentos, despachos judiciais, decretos, sentenças, acordos e/ou promessas de acordos (incluindo-se os relacionados à arbitragem), prestados contra a Emissora e/ou a Interviente Garantidora e de suas



Subsidiárias, em montante superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) ou o seu equivalente em outra moeda, os/as quais permanecerão insatisfeitas, não retiradas pelo autor e em vigor por 60 (sessenta) dias ou mais, sem embargos à execução, a não ser que a/o mesmo seja: (1) adequadamente coberto por seguro em que o fiador ou o segurador, conforme seja o caso, tenha assumido a responsabilidade por tal julgamento, despacho judicial, decreto, sentença, acordo e/ou promessa de acordo; ou (2) esteja sendo contestado por meio dos procedimentos adequados devidamente instituídos e conduzidos e, em qualquer dos casos, que tal julgamento final ou julgamentos não estejam sendo executados contra qualquer bem da Emissora e/ou da Interveniente Garantidora e de suas Subsidiárias;

- (g) penhores ou depósitos feitos no curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Interveniente Garantidora e de suas Subsidiárias, relativos à compensação de horas dos trabalhadores, seguro-desemprego ou outra legislação previdenciária semelhante;
- (h) ônus, depósitos garantidos ou reservas legais mantidas no curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Interveniente Garantidora e de suas Subsidiárias e exigidos pela legislação aplicável;
- (i) garantias sobre recebíveis e bens relacionados à exportação, importação ou outras transações comerciais ou referentes a qualquer transação de securitização que preferencialmente vincular-se-ão a operações de pré-pagamento, financiamento de estoque (*inventory financing*) e FIDC, desde que o montante agregado de quaisquer recebíveis vendidos ou transferidos em tais transações de securitização assegurando a dívida, nos termos deste subitem (i), não excedam: (1) em relação às transações relativas às receitas provenientes de exportações, 80% das vendas líquidas consolidadas da Emissora e da Interveniente Garantidora e de suas Subsidiárias; ou (2) em relação às transações relativas às receitas provenientes de vendas domésticas, 80% das vendas líquidas consolidadas dentro do país de operação da Emissora e da Interveniente Garantidora e de suas Subsidiárias;
- (j) garantias concedidas para assegurar empréstimos junto ao (1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou qualquer outro banco de desenvolvimento público brasileiro ou (2) qualquer banco ou agência internacional de desenvolvimento;
- (k) garantias existentes na data de assinatura da presente Escritura;



- (l) qualquer garantia estendendo, renovando ou substituindo (ou sucessivas extensões, renovações ou substituições de), no todo ou em parte, qualquer Garantia Permitida, nos termos dos subitens (e), (k), (m) e (n), do item (x), desta Cláusula 5.3.1.1, desde que tal montante principal garantido não exceda o montante principal da dívida então segurada ao tempo da extensão, renovação ou substituição e desde que tal extensão, renovação ou substituição seja limitada ao todo ou parte do bem segurado pela garantia então estendida, renovada ou substituída (acrescidas das melhorias sobre tais bens);
- (m) garantias sobre bens ou ações do capital social de outra entidade no momento em que tal entidade passar a pertencer ao grupo econômico da Emissora e/ou da Interviente Garantidora e de suas Subsidiárias, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
- (n) garantias sobre bens no momento em que tal entidade ou qualquer de suas subsidiárias adquiram tal bem, incluindo qualquer aquisição por meio de fusão com, ou incorporação dentro de, tal entidade ou de uma subsidiária de tal entidade, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
- (o) garantias assegurando uma dívida ou outras obrigações de uma subsidiária da Emissora e/ou da Interviente Garantidora e de suas Subsidiárias em dívida com a Emissora e/ou para a Interviente Garantidora ou com uma subsidiária integral da Emissora e/ou da Interviente Garantidora;
- (p) garantias em favor de cauções, avais ou cartas de crédito emitidas de acordo com a solicitação da, e para a conta de, tal entidade, decorrentes do curso regular dos negócios da Emissora e/ou da Interviente Garantidora e de suas Subsidiárias;
- (q) exceções de pesquisa, ônus, servidões ou reservas de, ou direitos de outros para licenças, direitos de uso, esgotos, linhas elétricas, telégrafo e linhas telefônicas, bem como outras destinações semelhantes ou de zoneamento, ou outras restrições quanto à utilização do imóvel ou das garantias incidentais ao detentor do bem, as quais não tenham sido incorridas em relação à dívida e as quais não afetem significativa e adversamente o valor de referidos bens ou prejudiquem significativamente a utilização do bem afetado; e
- (r) qualquer garantia não descrita nos subitens (a) a (q) acima, e desde que assegure dívidas as quais, excluídas as dívidas seguradas por outras garantias permitidas, não



- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
- (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
 - (b) dentro de 30 (trinta) dias úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas;
 - (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares), em até 30 (trinta) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes; e
 - (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;



- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (d) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual passa a fazer parte integrante da presente Escritura na forma de seu Anexo 6.1(iv)(c);
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;



- (xi) não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à Emissão;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP; e
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário.

6.2 A Interveniente Garantidora adicionalmente se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
- (ii) informações sobre quaisquer descumprimentos da Interveniente Garantidora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento;
- (iii) informações semestrais sobre a manutenção, durante todo prazo da Emissão e desde que haja Debêntures em circulação, da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,0 (quatro) vezes, nos termos da Cláusula 5.3.1.1 (ix) acima, com base nas demonstrações financeiras consolidadas semestrais da Interveniente Garantidora; e
- (iv) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO



[Handwritten signature]

25



7.1 A Emissora constitui e nomeia Planner Corretora de Valores S.A. como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora ("Agente Fiduciário").

O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (x) ter verificado a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade.

7.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.



7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a mesma.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

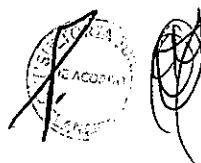
7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.



7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que

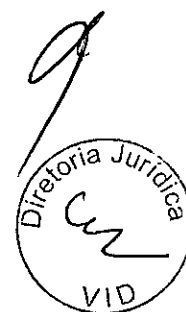


[Handwritten signature]



fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.10 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede da Instituição Intermediária na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- (xv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xx) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (xxi) verificar a manutenção da regularidade e exequibilidade da garantia prestada.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:



- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) executar a garantia fidejussória, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou da Interviente Garantidora, se for o caso.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (v) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.7 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração trimestral de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida somente em 03 (três) dias úteis após a assinatura da presente Escritura e, as demais parcelas, no mesmo dia dos trimestres subsequentes.

7.7.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.7.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima.



7.7.4 Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata a Cláusula 7.7 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.5 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus a mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

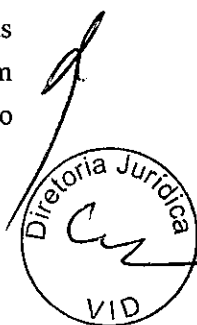
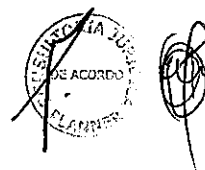
7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo



o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5 As despesas a que se refere a Cláusula 7.8 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

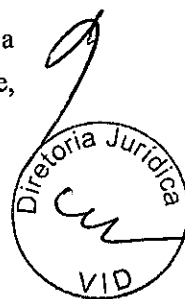
8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.



8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário que dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.8.1 A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;

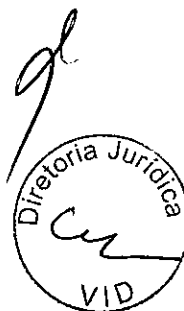


- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

10.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das debêntures na CETIP;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora; e
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência.

10.2.1 A Interveniente Garantidora declara e garante que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iii) a fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Interveniente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Interveniente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interveniente



Garantidora ou de qualquer de seus controladores, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S.A.

Avenida Comendador Pereira Inácio, n.º 1.399, Parte

Votorantim – SP

18117-725

At.: Sr. Walter Schalka

Telefone: (11) 2162-0768

Fax: (11) 2162-0670

e-mail: walter.schalka@vcimentos.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar

São Paulo – SP

04538-132

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

e-mail: vrodriques@plannercorretora.com.br

(iii) Para a Interveniente Garantidora

VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Amauri, n.º 255, 10º andar

São Paulo – SP

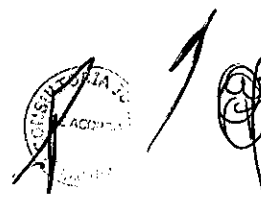
04072-000

At.: Sr. Alexandre Silva D'Ambrosio

Telefone: (11) 3704-3345

Fax: (11) 3179-9345

e-mail: alex.dambrosio@vpar.com.br

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A." and "AGÊNCIA".

(iv) Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

BANCO DO BRASIL S.A.

Rua Lélio Gama, n.º105, 38º andar

Rio de Janeiro – RJ

20031-080

At.: Sr. Marcelo Macedo do Espírito Santo

Telefone: (21) 3808-6120

Fax: (21) 2220-2502

e-mail: marcelomacedo@bb.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo – SP

01009-000

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.



38



11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou na Cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

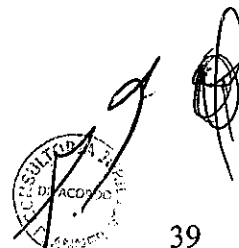
11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.


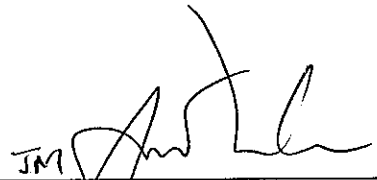

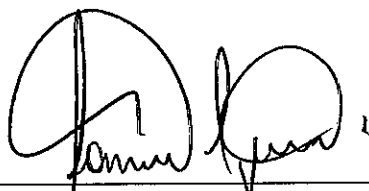
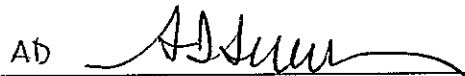

São Paulo, 11 de dezembro de 2009.

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "DIRETORIA JURÍDICA" and "ACORDADO".


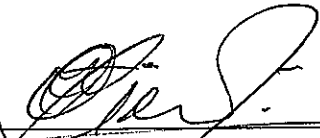
39



[página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie sem Garantia Real e sem Preferência, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Votorantim Cimentos Brasil S.A.]

 	
VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S.A.	
Por: Alexandre S. D' Ambrosio	Por: João Miranda
Cargo: Diretor	Cargo: CFO
 	
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.	
Por: Artur Martins de Figueiredo	Por: Flávio D. Aguetoni
Cargo: CPF: 073.813.338-80	Cargo: PROCURADOR
 	
VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.	
Por: Alexandre S. D' Ambrosio	Por: João Miranda
Cargo: Diretor	Cargo: CFO

Testemunhas:

1. 	2. 
Nome: Christiane Vila Nova Camargo	Nome: Tatiana Lira
RG: RG: 32.798.248-2	RG: RG. 32.493.835-4
CPF: CPF: 214.288.298-65	

